

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	4.061.854	3.728.257
1.01	Ativo Circulante	2.462.787	2.193.681
1.01.01	Disponibilidades	123.044	111.833
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	743.133	588.945
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	609.996	465.042
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	133.137	123.903
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	339.110	309.045
1.01.03.01	Carteira Própria	336.340	276.255
1.01.03.02	Vinculados a Compra e Recompra	0	30.067
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	2.770	2.723
1.01.04	Relações Interfinanceiras	197.337	215.420
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.576	27
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	193.469	215.303
1.01.04.04	Correspondentes	292	90
1.01.06	Operações de Crédito	948.951	884.284
1.01.06.02	Setor Privado	976.376	907.499
1.01.06.03	(Prov. p/ Crédito de Liq. Duvidosa)	-27.425	-23.215
1.01.08	Outros Créditos	108.059	81.180
1.01.08.02	Rendas a Receber	1.734	5.005
1.01.08.04	Diversos	108.751	77.795
1.01.08.05	(Prov. p/Outros Crédito de Liq. Duvidosa)	-2.426	-1.620
1.01.09	Outros Valores e Bens	3.153	2.974
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	5.665	5.476
1.01.09.02	(Prov. p/ Desvalorização)	-3.880	-3.809
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	1.368	1.307
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.540.178	1.482.263
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	172.973	175.927
1.02.02.01	Carteira Própria	172.973	175.927
1.02.03	Relações Interfinanceiras	42.417	41.329
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	42.417	41.329
1.02.05	Operações de Crédito	1.280.378	1.218.704
1.02.05.02	Setor Privado	1.316.543	1.250.699
1.02.05.03	(Prov. p/ Crédito de Liq. Duvidosa)	-36.165	-31.995
1.02.07	Outros Créditos	44.410	46.303
1.02.07.01	Diversos	44.410	46.303
1.03	Ativo Permanente	58.889	52.313
1.03.01	Investimentos	33	33
1.03.01.04	Outros Investimentos	171	171
1.03.01.04.01	Outros Investimentos	167	167
1.03.01.04.02	No Exterior	4	4
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-138	-138
1.03.02	Imobilizado de Uso	52.056	50.451
1.03.02.01	Imóveis de Uso	45.093	45.093
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	73.355	69.648
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-66.392	-64.290

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1.03.04	Intangível	6.800	1.829
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	8.953	3.642
1.03.04.02	(Amortização Acumulada - Intangível)	-2.153	-1.813

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	4.061.854	3.728.257
2.01	Passivo Circulante	3.374.088	3.020.296
2.01.01	Depósitos	3.187.505	2.873.457
2.01.01.01	Depósitos a Vista	757.604	838.260
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	520.765	502.107
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	128.477	120.019
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.780.659	1.413.071
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	0	30.008
2.01.02.02	Carteira Própria	0	30.008
2.01.04	Relações Interfinanceiras	12.897	253
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	12.814	0
2.01.04.02	Correspondentes	83	253
2.01.05	Relações Interdependências	210	98
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	196	98
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	14	0
2.01.09	Outras Obrigações	173.476	116.480
2.01.09.01	Cobrança de Arrec. Trib. e Assemelhados	14.169	940
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	30.235	10.934
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	21.562	18.444
2.01.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	7.663	7.542
2.01.09.05	Diversas	99.847	78.620
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	252.754	288.124
2.02.01	Depósitos	60.678	97.665
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	60.678	97.665
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	169.171	166.306
2.02.03.01	Recursos de L. imobiliárias, Hipotec., Crédito e similares	169.171	166.306
2.02.09	Outras Obrigações	22.905	24.153
2.02.09.01	Diversas	22.905	24.153
2.05	Patrimônio Líquido	435.012	419.837
2.05.01	Capital Social Realizado	264.141	264.141
2.05.04	Reservas de Lucro	136.343	155.696
2.05.04.01	Legal	12.694	12.694
2.05.04.02	Estatutária	123.649	143.002
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	34.528	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	195.737	148.502
3.01.01	Operações de Crédito	172.534	125.920
3.01.02	Resultado de Op. Tít. Val. Mobiliários	20.690	20.698
3.01.03	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.513	1.866
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	18
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-58.933	-47.439
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-42.713	-39.250
3.02.03	Prov. p/ Créd. de Liquid. Duvidosa	-16.217	-8.189
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	-3	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	136.804	101.063
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-69.415	-58.960
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	12.473	10.298
3.04.02	Despesas de Pessoal	-36.768	-31.516
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-34.353	-28.984
3.04.03.01	Despesas de Água, Energia e Gás	-838	-715
3.04.03.02	Despesas de Aluguéis	-1.059	-622
3.04.03.03	Despesas de Comunicação	-4.541	-3.782
3.04.03.04	Despesas de Manut. e Conserv. de Bens	-1.334	-1.221
3.04.03.05	Despesas de Material	-398	-235
3.04.03.06	Despesas de Process. de Dados	-7.697	-6.319
3.04.03.07	Despesas de Prom. e Relações Públicas	-1.096	-764
3.04.03.08	Despesas de Propaganda e Publicidade	-1.082	-17
3.04.03.09	Despesas de Publicação	-113	-853
3.04.03.10	Despesas de Seguros	-88	-79
3.04.03.11	Despesas de Serviços do Sist. Financeiro	-1.269	-1.490
3.04.03.12	Despesas de Serv. de Terceiros	-2.865	-1.549
3.04.03.13	Desp. de Serv. de Vigilância e Seg. Banc	-4.830	-2.030
3.04.03.14	Desp. de Serv. Técnicos Especializados	-962	-1.139
3.04.03.15	Despesas de Transporte	-2.616	-5.125
3.04.03.16	Despesas de Viagem no País	-132	-263
3.04.03.17	Despesas de Multas Aplic. p/ Bacen	0	-9
3.04.03.18	Outras Despesas Administrativas	-849	-824
3.04.03.19	Despesas de Amortização e Depreciação	-2.562	-1.921
3.04.03.20	Contribuições Filantrópicas	-22	-27
3.04.04	Despesas Tributárias	-8.561	-6.346
3.04.04.01	Desp. de Imp s/Serv de Qualquer Natureza	-565	-506
3.04.04.02	Despesas de Contrib. ao Finsocial	-6.613	-4.749
3.04.04.03	Despesas de Contrib. ao Pis/Pasep	-1.075	-772
3.04.04.05	Despesas Tributárias	-308	-319
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.255	1.648
3.04.05.01	Recuperação de Encargos e Despesas	14	20
3.04.05.02	Outras Rendas Operacionais	1.178	862
3.04.05.03	Outras	63	766
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-3.461	-4.060

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.04.06.02	Descontos Concedidos	-7	-22
3.04.06.04	Desp. de Atualiz de Imp. e Contribuições	-98	-72
3.04.06.05	Outras Despesas Operacionais	-3.356	-3.966
3.05	Resultado Operacional	67.389	42.103
3.06	Resultado Não Operacional	5.284	-90
3.06.01	Receitas	5.541	278
3.06.01.01	Receitas Não Operacionais	5.541	278
3.06.02	Despesas	-257	-368
3.06.02.01	Despesas não Operacionais	-257	-368
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	72.673	42.013
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-35.040	-25.598
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-20.279	-11.725
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-12.246	-5.345
3.08.03	Ativo Diferido	-2.515	-8.528
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-3.105	-2.159
3.10.01	Participações	-3.105	-2.159
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	34.528	14.256
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	3,62626	1,49722

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	263.491	63.722
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.714	14.710
6.01.01.01	Lucro Líquido	34.528	14.256
6.01.01.02	Depreciação/Amortização	2.563	454
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.276	0
6.01.01.06	Provisão para contingente	159	0
6.01.01.07	Provisão para desvalorização de outros bens	71	0
6.01.01.08	Ajuste de Mercado - TVM	117	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	210.777	49.012
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	95.279	-42.421
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-52.907	972
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependênc	29.751	11.203
6.01.02.04	Operações de Crédito	-141.617	-160.093
6.01.02.05	Outros Créditos	-24.986	-15.841
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-250	-228
6.01.02.07	Outras Obrigações	55.589	49.928
6.01.02.08	Depósitos	277.061	199.714
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-30.008	5.778
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	2.865	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.139	-148
6.02.01	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	0	24
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	44	1.922
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-3.872	-2.094
6.02.05	Aplicação no Intangível	-5.311	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.353	-50.086
6.03.03	Div e Juros s/Capital Próprio Pg ou Prov	-19.353	-50.086
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	234.999	13.488
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	615.164	67.639
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	850.163	81.127

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	264.141	0	0	155.696	0	0	419.837
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	264.141	0	0	155.696	0	0	419.837
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	34.528	0	34.528
5.05	Destinações	0	0	0	-19.353	0	0	-19.353
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-19.353	0	0	-19.353
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	264.141	0	0	136.343	34.528	0	435.012

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	264.141	0	0	109.016	0	0	373.157
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	264.141	0	0	109.016	0	0	373.157
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	14.256	0	14.256
5.05	Destinações	0	0	0	-34.721	0	0	-34.721
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-34.721	0	0	-34.721
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	-15.365	0	0	-15.365
5.12.01	Reversão de Reservas	0	0	0	-15.365	0	0	-15.365
5.13	Saldo Final	264.141	0	0	58.930	14.256	0	337.327

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	206.392	151.278
7.01.01	Intermediação Financeira	200.841	145.396
7.01.02	Prestação de Serviços	12.473	10.298
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.154	-7.423
7.01.04	Outras	9.232	3.007
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-51.731	-39.562
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.038	-29.298
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.298	-1.950
7.03.02	Serviços de Terceiros	-28.434	-24.492
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.306	-2.856
7.04	Valor Adicionado Bruto	121.623	82.418
7.05	Retenções	-2.562	-1.921
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.562	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	119.061	80.497
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	119.061	80.497
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	119.061	80.497
7.09.01	Pessoal	34.579	28.929
7.09.01.01	Remuneração Direta	24.357	20.554
7.09.01.02	Benefícios	8.392	6.765
7.09.01.03	F.G.T.S.	1.830	1.610
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	48.895	36.690
7.09.02.01	Federais	48.057	35.927
7.09.02.03	Municipais	838	763
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.059	622
7.09.03.01	Aluguéis	1.059	622
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.528	14.256
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.528	14.256

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Informações Trimestrais do Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ, relativas ao primeiro trimestre de 2013, elaborados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ambiente Econômico

A evolução do PIB das principais economias no quarto trimestre de 2012, fortaleceu as perspectivas de baixo crescimento para a economia mundial em 2013. A persistência de altas taxas de desemprego e de restrições fiscais em importantes economias maduras impõem limites à recuperação da atividade. No 1º trimestre de 2013, a China, segunda maior economia do mundo, cresceu 7,7%, 0,2% a menos que no período anterior e, 0,3% abaixo das expectativas.

No âmbito interno, a demanda doméstica tende a se apresentar robusta, especialmente, o consumo das famílias, devido aos efeitos de fatores de estímulo, como o crescimento da renda e a expansão moderada do crédito. A inflação ao consumidor, medido pelo IPCA, desacelerou em março, atingindo 6,59%, mas ainda assim ficou acima do teto da meta do governo (6,5%) no acumulado de 12 meses. O índice subiu 0,47% em março, ante alta de 0,60% em fevereiro, conforme dados do IBGE. O Comitê de Política Monetária (Copom) tenderá a aumentar gradativamente a taxa de juros, em torno de 25 bps por reunião diante da “necessidade de uma ação de política monetária destinada a neutralizar riscos que se apresentam no cenário prospectivo para a inflação”. Os ajustes propostos podem ser de menor proporção caso haja piora persistente do cenário internacional ou frustração com a atividade doméstica. Por outro, pode ser maior caso aconteça de a inflação se mostrar mais persistente ou a política fiscal for mais expansionista do que consta nos modelos do Banco Central.

No plano regional, de acordo com o levantamento do IBGE realizado em 11 capitais brasileiras, Belém foi a que registrou o maior índice de inflação. Nos últimos 12 meses, os preços dos produtos comercializados na capital paraense subiram 9,19%. Entre os produtos que mais sofreram reajustes na capital paraense, estão o açaí e a farinha de mandioca. O açaí, que tem grande importância para a cultura e economia do estado do Pará, faz parte da alimentação básica do estado. Segundo o Dieese, mais de 90% de todo açaí produzido nacionalmente é do Pará, o que corresponde a 600 mil toneladas de caroços de açaí por ano, movimentando uma cadeia produtiva que gera 100 mil empregos diretos e indiretos.

Expectativas

Para o ano de 2013, o Banpará, em consonância com seu planejamento estratégico, pretende implantar 19 novas unidades de atendimento no Estado, sendo 14 em municípios ainda não cobertos pela Instituição, correspondendo a uma expansão de 18% e um alcance de 73 municípios paraenses. Destacam-se também a diversificação e ampliação da base de clientes, especialmente, pessoa jurídica, por meio de novos produtos, serviços e da qualidade no atendimento. No segmento de fomento o Banpará, cumprindo seu papel social como um agente de desenvolvimento, prevê para o

Comentário do Desempenho

segundo trimestre o lançamento de novas linhas de financiamento à produção, contemplando desde repasses do BNDES até a disponibilização de uma nova linha de microcrédito.

Desempenho Econômico do Banpará

Apresentamos, a seguir, os principais resultados do BANPARÁ no primeiro trimestre de 2013.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	1º Trimestre 2013	4º Trimestre 2012	1º Trimestre 2012	Variação 1ºT 2013 x 4ºT 2012	Variação 1ºT 2013 x 1ºT 2012
RECEITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	195.734	188.788	148.502	3,7%	31,8%
Operações de crédito	172.534	170.227	125.920	1,4%	37,0%
Resultado de oper. TVM	20.690	16.932	20.698	22,2%	0,0%
Resultado de câmbio	(3)	13	18	-123%	-116,7%
Resultado de aplicações compulsórias	2.513	1.616	1.866	55,5%	34,7%
DESPESA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(58.930)	(50.475)	(47.439)	16,8%	24,2%
Operações de captação mercado	(42.713)	(38.675)	(39.250)	10,4%	8,8%
Prov. oper. créd. e Outros créd. c/ característica conc..	(16.217)	(11.800)	(8.189)	37,4%	98,0%
RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	136.804	138.313	101.063	-1,1%	35,4%
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(69.415)	(80.513)	(58.960)	-13,8%	17,7%
Receitas de prestação de serviços	8.157	10.685	6.873	-23,7%	18,7%
Rendas de tarifas bancárias	4.316	4.654	3.425	-7,3%	26,0%
Despesas de pessoal	(36.768)	(41.478)	(31.516)	-11,4%	16,7%
Outras despesas administrativas	(34.353)	(34.384)	(28.984)	-0,1%	18,5%
Despesas tributárias	(8.561)	(8.478)	(6.346)	1,0%	34,9%
Outras receitas operacionais	1.255	1.194	1.648	5,1%	-23,8%
Outras despesas operacionais	(3.461)	(12.706)	(4.060)	-72,8%	-14,8%
RESULTADO OPERACIONAL	67.389	57.800	42.103	16,6%	60,1%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	5.284	34	(90)	15441,2%	5971,1%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	72.673	57.834	42.013	25,7%	73,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(32.525)	(23.836)	(17.070)	36,5%	90,5%
ATIVO FISCAL DIFERIDO	(2.515)	11.261	(8.528)	-122,3%	-70,5%
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(3.105)	(3.376)	(2.159)	-8,0%	43,8%
REVERSÃO JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-	10.424	-	-100,0%	0,0%
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	34.528	41.883	14.256	-17,6%	142,2%

Comentário do Desempenho

No primeiro trimestre de 2013, o lucro líquido apresentado atingiu R\$34.528 mil, com aumento de 51,5% se comparado com o mesmo período do ano 2012. O saldo do patrimônio líquido totalizou R\$435.012 mil e retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 8,9%.

Intermediação Financeira

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$195.734 mil, incremento de 3,7% em relação ao quarto trimestre de 2012 e 31,8% superior quando comparadas ao primeiro trimestre de 2012. Este desempenho foi influenciado pelo crescimento das rendas de operações de crédito que, incluindo as recuperações, representou 88% das receitas e contribuiu com R\$172.534 mil, ou seja, evolução de 37% em relação ao saldo atingido no mesmo período do ano anterior, destacando-se o crescimento de 46% nas receitas oriundas do produto Banparacard, e, ainda, as receitas originárias dos créditos consignado estadual e inativo-pensionista que cresceram, respectivamente, 22,6% e 28,1% em relação ao período analisado.

As despesas de Intermediação Financeira atingiram no trimestre R\$58.930 mil refletindo aumento de 16,8% em relação ao trimestre anterior, e de 24,2% quando comparadas às do mesmo período de 2012. As despesas com captação de recursos totalizaram R\$42.713 mil, com acréscimo de 10,4% em relação ao trimestre anterior e de 8,8% em relação ao primeiro trimestre do ano de 2012.

O resultado da intermediação financeira, após as provisões para perdas em operações com crédito, atingiu R\$136.804 mil no primeiro trimestre de 2013, um aumento de 35,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

As receitas de serviços, incluindo as rendas de tarifas bancárias, totalizaram R\$12.472 mil no primeiro trimestre de 2013, um crescimento igual a 21,1%, se comparado com o total de R\$10.298 mil, alcançado no primeiro trimestre do ano de 2012. As despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 79.682 mil no trimestre, com decréscimo de 18,7% em comparação ao ultimo trimestre de 2012. As despesas de pessoal atingiram R\$ 36.768 mil, com diminuição de 11,4% em relação ao quarto trimestre do ano anterior.

As despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 34.353 mil neste primeiro trimestre de 2013, equivalente a uma evolução de 18,5% em relação ao apresentado no mesmo período de 2012. A evolução é consequência do aumento dos custos com aluguel de imóveis, segurança e vigilância armada, serviços técnicos especializados e com propaganda e publicidade de produtos e serviços. O índice de eficiência operacional das despesas administrativas em relação às receitas apresentou melhora de 6,7 pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre de 2012, atingindo 47,6% no primeiro trimestre de 2013.

Comentário do Desempenho

Desempenho Patrimonial

	1º Trimestre 2013	4º Trimestre 2012	1º Trimestre 2012	Variação 1ºT 2013 x 4ºT 2012	Variação 1ºT 2013 x 1ºT 2012
BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO					
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	4.002.965	3.675.946	2.929.226	8,9%	36,7%
Disponibilidade	123.044	111.833	81.127	10,0%	51,7%
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	743.133	588.945	415.425	26,2%	78,9%
Títulos e Valores Mobiliários	512.083	484.973	439.887	5,6%	16,4%
Operações de Crédito	2.292.919	2.158.198	1.699.206	6,2%	34,9%
Provisão para operações de Crédito em Liquidação	(63.590)	(55.210)	(42.044)	15,2%	51,2%
Relações Interfinanceiras/Interdependências	239.754	256.749	221.493	-6,6%	8,2%
Outros Créditos e Outros Valores	155.622	130.458	114.132	19,3%	36,4%
PERMANENTE	58.889	52.312	45.108	12,6%	30,6%
Investimentos	33	33	33	0,0%	0,0%
Imobilizado de Uso	52.056	50.450	43.381	3,2%	20,0%
Intangível/Diferido	6.800	1.829	1.694	271,8%	301,4%
TOTAL DO ATIVO	4.061.854	3.728.258	2.974.334	8,9%	36,6%
PASSIVO					
CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.626.842	3.297.620	2.637.005	10,0%	37,5%
Depósitos	3.248.183	2.971.122	2.439.101	9,3%	33,2%
Depósitos à Vista	757.604	838.260	647.647	-9,6%	17,0%
Depósitos de Poupança	520.765	502.107	415.812	3,7%	25,2%
Depósitos Interfinanceiros	128.477	120.020	88.047	7,0%	45,9%
Depósitos à Prazo	1.841.337	1.510.735	1.287.595	21,9%	43,0%
Outros Depósitos	-	-	-	0,0%	0,0%
Captações no Mercado Aberto	169.171	196.313	5.998	-13,8%	2720,5%
Relações interfinanceiras/Interdependências	13.107	352	15.345	3623,6%	-14,6%
Outras Obrigações	196.381	129.833	176.561	51,3%	11,2%
Diversos	196.381	129.833	176.561	51,3%	11,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	435.012	430.638	337.327	1,0%	29,0%
TOTAL DO PASSIVO	4.061.854	3.728.258	2.974.332	8,9%	36,6%

Os ativos totais alcançaram saldo de R\$ 4.061.854 mil, equivalente ao crescimento de 36,6%, quando comparado ao registrado em março de 2012, aumento esse originado pela alta de 34,9% nas operações de crédito e pelo incremento de 78,9% em aplicações interfinanceiras de liquidez. Esse desempenho corresponde a um retorno sobre os ativos médios de 1%.

Comentário do Desempenho

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1º Trimestre 2013	4º Trimestre 2012	1º Trimestre 2012	Variação 1ºT 2013 x 4ºT 2012	Variação 1ºT 2013 x 1ºT 2012
Adiantamentos a Depositantes	965	1.175	457	-17,9%	111,2%
Empréstimos	2.283.416	2.147.278	1.688.897	6,3%	35,2%
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	7.352	7.343	7.363	0,1%	-0,1%
Financiamentos Imobiliários	1.186	2.403	2.488	-50,6%	-52,3%
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Total	2.292.919	2.158.199	1.699.205	6,2%	34,9%
Provisão para Operações de Crédito em Liquidação	(63.590)	(55.210)	(42.044)	15,2%	31,3%

A carteira de crédito alcançou R\$2.292.919 mil no primeiro trimestre de 2013, incremento de 6,2% em relação ao trimestre anterior e 34,9% em relação a igual período do ano de 2012, com destaque dos créditos consignados estadual e inativo-pensionista que alcançaram, respectivamente, R\$1.180.372 mil e R\$457.669 mil neste final do período, evolução respectiva de 25,6% e 30,8% sobre os saldos de março de 2012. Destacou-se, também, o produto Banparacard com crescimento de 45,4%, atingindo o saldo de R\$422.146 mil, e os produtos Cheque Empresarial, Capital de giro e Giro rápido, direcionados à pessoa jurídica que atingiram respectivamente os saldos de R\$6.785 mil, R\$12.153 mil e R\$19.563 mil, neste trimestre.

O índice de inadimplência da carteira de empréstimos (operações de crédito com atraso superior a 61 dias) foi de 0,70%, aumento de 0,21 pontos percentuais em relação ao apresentado no primeiro trimestre de 2012.

Captação de Recursos

O saldo de recursos captados no primeiro trimestre de 2013 alcançou R\$3.248.183 mil, que equivale a um crescimento de 33,2% em relação a igual período do trimestre do ano anterior. Esse aumento foi influenciado pela evolução de 17% nos depósitos à vista, que atingiram saldo de R\$757.604 mil perante os R\$647.647 mil apresentados em março de 2012 e pelo incremento de 25,2% no saldo dos depósitos de poupança que alcançaram R\$520.765 mil neste trimestre. Já os depósitos à prazo se mantiveram como o maior produto de captação, apresentaram saldo de R\$1.841.337 mil, com crescimento de 43% perante os R\$1.287.595 mil apresentados em março de 2012.

Mercado e Imagem

Rating

O BANPARÁ manteve a classificação A - (em moeda nacional) atribuída pela empresa Austin Rating, que é inequívoca demonstração de que o Banco apresenta solidez financeira, dotada de negócio seguro e valorizado, boa situação financeira atual e histórica, refletindo um avanço em aspectos ligados a suporte e gestão estratégica.

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Social e Ambiental

O Banpará, em linha com as práticas de desenvolvimento sustentável, investe em ações que objetivam equilibrar aspectos sociais, ambientais e culturais, contribuir com a redução da pobreza e da desigualdade social e valorizar a cultura paraense. Entre as principais ações desenvolvidas no 1º. Trimestre de 2013:

No âmbito da inclusão social:

- Renovação da parceria com o Programa NavegaPará, ação que visa a inclusão digital por meio da instalação de Infocentros em comunidades carentes.
- Patrocínio do Projeto Cesta de Três, incentivo à prática esportiva (basquetebol) e inclusão social de pessoas portadoras de deficiência física (cadeirantes), com baixa renda familiar;
- Mantém assistência a crianças e adolescentes carentes portadores de câncer, oriundos do Interior do Estado do Pará, na condição de mantenedor da Casa do Menino Jesus III;
- Disponibilizou postos de trabalhos com a contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, por meio da parceria com a Associação Paraense dos Portadores de Deficiência – APPD;
- Patrocinou o Projeto “Carnaval das Crias do Curro Velho” - Perspectivas da Diversidade em Arte e Ofício, para desenvolver atividades artes como práticas pedagógicas de inclusão Social, na perspectiva de um processo socioeducativo, comprometido com a melhoria da qualidade de vida, em parceria com a Fundação Curro Velho – FCV;

No aspecto ambiental, o Banco por meio do Programa Ambiente Amigo, promoveu as seguintes ações:

- Realização do Seminário Interno de Educação Ambiental 2013;
- Erradicação do uso de descartáveis pelos funcionários e colaboradores, incentivando a formação de uma consciência ambiental e de uma cultura de preservação;
- Uso racional de energia elétrica em todas as unidades por meio do Projeto Consumo Responsável;
- Coleta seletiva do papel, destinado a uma cooperativa de catadores, que tira dessa atividade o sustento das 55 famílias cooperadas.
- Uso de equipamentos de informática com componentes sustentáveis, para a redução do consumo de energia elétrica, de tecnologia de virtualização e reaproveitamento quando do descarte, por meio do Projeto TI Verde.

Ações de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentáveis

O BANPARÁ atua em todo o Estado do Pará como instrumento de fomento a pequenos, médios e grandes investimentos em todos os segmentos da economia, destacando-se no apoio à indústria, rural, comércio e serviços, oferecendo linhas de crédito próprias, e, administrando recursos de terceiros para a concessão de empréstimos e financiamentos, atua como agente financeiro do Governo do Estado do Pará e de Governos Municipais, apresentando os seguintes resultados:

Comentário do Desempenho

- O **Banpará Comunidade** é uma iniciativa do banco no segmento de microcrédito que objetiva fomentar a economia paraense através da disponibilização de crédito aos pequenos empreendedores do setor informal e de baixa renda. No 1º trimestre de 2013 foram concedidas 1.629 operações de crédito que resultaram na aplicação de R\$9.750 mil em 63 municípios paraenses, gerando e/ou mantendo 3.939 postos de trabalho.
- O **Banco do Produtor** até o 1º trimestre de 2013 já aplicou R\$25.851 mil em 15 projetos localizados em 13 municípios do Estado, gerando e/ou mantendo 228 postos de trabalho diretos, somente no 1º trimestre de 2013 foram aplicados R\$6.337 mil em 4 projetos
- O **FDE Privado** desde 1991 e até o 1º trimestre de 2013 já aplicou mais de R\$41.565 mil em projetos em todo o Estado do Pará, e, deverá reiniciar o funcionamento estimulando a economia local.
- O **Credpará** aplicou de 2008 até 2012 R\$51.626 mil em 73 municípios paraenses, gerando e/ou mantendo 61.670 postos de trabalho. Em 2012 o programa retomou suas atividades com a denominação Credcidadão, e, ainda foram criadas três novas linhas de financiamento com o objetivo de beneficiar as categorias de mototaxistas, batedores de açaí e os moradores dos municípios atingidos pelas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Entre julho de 2012 e o 1º trimestre de 2013 o Credcidadão já aplicou R\$3.508 mil beneficiando 1.011 empreendedores em 15 municípios paraenses, ainda, foram beneficiados 149 mototaxistas que obtiveram crédito através do programa, aplicando R\$1.004 mil em 4 municípios paraenses. Somente no 1º trimestre de 2013 foram liberadas 114 operações que resultaram na aplicação de R\$482 mil, gerando e/ou mantendo 199 postos de trabalhos.
- **FDE - Incentivos Financeiros** - 04 empresas obtiveram desde jul/2010 até o 1º trimestre de 2013, na forma de financiamento, R\$24.434 mil, essas empresas ainda mantêm mais de 1.000 empregos diretos trazendo inúmeros benefícios à economia da região. No 1º trimestre de 2013 foram liberados R\$2.992 às 03 empresas que se encontram ativas.
- O **Pará Rural** até o 1º trimestre de 2013 já beneficiou 46 Associações e Cooperativas nas quais já foram aplicados R\$11.350 mil em recursos do Governo do Estado e do Banco Mundial, beneficiando mais de 4.000 famílias de produtores rurais pobres. Somente no 1º trimestre de 2013 foram aplicados R\$1.847 mil.
- A **Política de Incentivos** do Governo do Estado do Pará beneficia atualmente 115 empresas que contribuem com o desenvolvimento econômico e social do Estado mantendo mais de 15 mil empregos diretos, gerando renda e estimulando empresas da região como o Banpará.
- O **Fundo de Aval** concedeu até 2011 complementação de aval a 1.906 pessoas físicas que participaram do Programa Bolsa Trabalho, e, que optaram por obter crédito através do Credpará para iniciar atividades como microempreendedores no Estado.

Comentário do Desempenho

O Banco ainda administra dez Fundos Municipais de Desenvolvimento nos municípios de Belém, Ananindeua, Santarém, Moju, Óbidos, Paragominas, Santa Bárbara, Xinguara, Portel e Vigia.

Produtos, Serviços e Canais

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o BANPARÁ amplia sua rede de atendimento, proporcionando a seus clientes conforto e comodidade. Atualmente conta com 248 pontos de atendimento próprios, estando presente em 64 municípios paraenses,.

Com o intuito de disponibilizar serviços bancários a todos os seus clientes, o BANPARÁ possui mais de 32.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco24horas e Rede Compartilhada. Dispõe ainda o Serviço de Correspondente no País, denominado comercialmente de Correspondente “Aqui Tem Banpará”, possuindo, hoje, 21 (vinte e um) parceiros, habilitados por meio de Edital de Credenciamento, estando 95% destes no interior do Estado.

Desta maneira, o BANPARÁ proporciona aos seus clientes a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional, além de disponibilizar também a sua rede própria para os correntistas das outras instituições parceiras.

O BANPARÁ dispõe ainda, de um portfólio de produtos e serviços totalmente alinhados às melhores práticas do mercado financeiro nacional, dentre os quais, destacam-se:

• Produtos de crédito à Pessoa Física

Produto	Descrição
Empréstimo Consignado	Produto de crédito com desconto em folha de pagamento, disponibilizado a clientes e funcionários.
Banparacard	Limite de crédito rotativo, disponibilizado aos clientes que recebem salário no banco, liberado em conta corrente, podendo ser utilizado para crédito (empréstimo) e compras parceladas (Rede de Compras Banpará).
BANPARÁ Comunidade	Linha de crédito que permite ao pequeno empreendedor formal, informal e de baixa renda ter acesso a financiamento. Produto disponibilizado em 105 municípios.
Multicred	Limite de crédito rotativo utilizado para empréstimo e/ou compras.
CredComputador	Limite de crédito extra disponibilizado para aquisição de computadores e periféricos.
Empréstimos Sazonais: • BANPARÁ Volta às aulas; • BANPARÁ Vai à Praia. • Antecipação Círio • Antecipação I.R;	Produtos sazonais fixos de curto prazo, efetuado através de cálculo percentual sobre o 13º salário e ou IRPF (para clientes que tenham indicado o BANPARÁ como depositário do crédito da Restituição do Imposto de Renda)

Comentário do Desempenho

• Produtos de crédito à Pessoa Jurídica

Banpará Giro Rápido Cheque Empresarial Capital de Giro Giro Rápido	Modalidades de empréstimo destinado aos clientes Pessoas Jurídicas.
---	---

• Serviços

Gestão de pagamento de Folha	Sistema de gerenciamento do pagamento da folha, disponibilizado aos órgãos públicos, empresas privadas e prefeituras, simplificado, totalmente automatizado, proporcionando aos funcionários acesso a diversos produtos e serviços.
Gestão de Arrecadação	Prestação de serviços através de convênios/contratos, para recebimento de tributos e/ou contas de consumo, boletos (concursos) com prazo de repasse estabelecido contratualmente e cobrança de tarifas..
Rede de Compras	Ampla rede de lojas credenciadas, no Estado, possibilitando ao correntista do Banpará efetuar transações de compras, à vista e a prazo, nos diversos estabelecimentos conveniados com o Banco
Seguro Banpará	Nas modalidades Residencial, Vida e Acidente Pessoal, é um serviço disponibilizado aos clientes para garantia de segurança e proteção, de custo acessível e ainda com direito a concorrer a prêmios em dinheiro mensalmente.

• O Banco possui 227 pontos de atendimento em 58 municípios, assim distribuídos:

Capital	Agência	13
	Posto de Atendimento – PA	19
	Caixa deslocado	05
	Posto de Atendimento Eletrônico – PAE	99
Interior	Agência	31
	Posto de Atendimento – PA	37
	Caixa deslocado	03
	Posto de Atendimento Eletrônico – PAE	20

Comentário do Desempenho

- **Canais**

- ❖ **Rede de Compras** - A Rede de Compras Banpará reúne estabelecimentos conveniados com o banco para a venda de produtos e serviços aos correntistas, portadores do Cartão Banpará. É um serviço estratégico que visa a fidelização dos clientes por meio da segurança, agilidade e comodidade nas transações. Encerramos o 1º trimestre de 2013 com 1.763 estabelecimentos credenciados, que efetuaram 121.720 transações e movimentaram o total de R\$14.696.160,66. Houve o crescimento de 4,13% em quantidade de estabelecimentos credenciados em relação ao mesmo período em 2012.
- ❖ **Autoatendimento** - O Banpará encerrou o 1º trimestre de 2013 com 537 caixas eletrônicos instalados em Agências, Postos de Atendimento – PA e Postos de Atendimento Eletrônico – PAE, proporcionando um crescimento de 6,76% em quantidade de equipamentos em relação ao mesmo período no ano anterior. No 1º trimestre de 2013, foram realizadas 7.298.905 transações nos ATMs Banpará, tendo havido crescimento de 3,97% em quantidade de transações em relação ao período anterior. Além disto, o Banpará faz o compartilhamento de sua Rede de autoatendimento, interligando-se a Rede de Banco 24Horas e Rede Compartilhada, proporcionando aos clientes que utilizem os terminais de outras instituições financeiras, com horário estendido, permitindo que transações de saques, saldos e extratos sejam realizadas também fora do Estado do Pará. Foram realizadas 345.606 transações na Rede Compartilhada e Banco 24Horas no 1º trimestre do corrente ano.
- ❖ **Internet** - Em seu *site* institucional, o Banpará disponibiliza acesso a serviços de *Internet Banking* para pessoa física, jurídica, *mobile* e órgãos do Governo. O *site*, considerado ágil e moderno, proporciona aos clientes conhecer, com detalhes, o conteúdo dos serviços e produtos oferecidos. O canal *Internet Banking* Pessoa Física realizou 87.990 transações no 1º trimestre de 2013 e o de Pessoa Jurídica 13.855. O canal *Internet Banking* Pessoa Jurídica cresceu 39,58% em quantidade de transações no 1º trimestre de 2013 em relação ao mesmo período no ano anterior.
- ❖ **URA** - O Banpará disponibiliza a seus clientes o serviço de transações eletrônicas na Unidade de Resposta Audível (URA) como consulta de saldo, extrato via fax, cadastramento de senhas, além de outros serviços eletrônicos. No 1º trimestre de 2013, foram recebidas 295.297 ligações para a URA, ou seja, 5,90% a mais que o mesmo período no ano anterior. E ainda foram realizadas 294.630 transações no 1º trimestre do ano corrente, com consulta de saldos e extratos via fax, proporcionando um acréscimo de 5,98% em relação ao mesmo período em 2012.
- ❖ **Central Banpará e SAC** - O Banpará disponibiliza a seus clientes o serviço de atendimento e transações por telefone através da Central Banpará e o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, que garantem maior facilidade e comodidade para a realização de transações, obtenção de informações sobre produtos e serviços e registro de reclamações, sugestões ou elogios, por telefone. No 1º trimestre de 2013, foram realizados 10.864 atendimentos por telefone via SAC, havendo crescimento de 20,60% em atendimentos em relação ao mesmo período em 2012 e 17.416 atendimentos via Central Banpará.

Comentário do Desempenho

- ❖ **Correspondente Bancário** - É uma rede alternativa para a prestação de algumas transações financeiras como pagamento de contas de consumo, pagamento de títulos, saque, depósito e recarga de celular. Os serviços podem ser utilizados por correntistas e não correntistas do Banco. Com a implantação dos serviços de Correspondente no País, com início em agosto de 2012, o Banpará ganha capilaridade e horário flexível de funcionamento favorecendo melhor atendimento às necessidades da comunidade. No 1º trimestre de 2013, foram realizadas 15.835 transações, movimentando um total de R\$4.472.018,90.

Gestão e Tecnologia

Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, o BANPARÁ vem aprimorando continuamente a qualidade e transparência das informações prestadas aos seus acionistas, ao público em geral e aos demais interessados, levando-se em conta elevados padrões éticos.

Esse esforço concretiza-se na adoção de um conjunto de práticas que asseguram a contínua melhoria do desempenho da Instituição, propiciando uma gestão com alta responsabilidade social e geração de valor.

O BANPARÁ é administrado por um Conselho de Administração composto de seis membros efetivos e mesmo número de suplentes, assegurada, na sua composição, o assento de um representante dos acionistas minoritários e um dos empregados, e por uma Diretoria Colegiada composta de seis membros, sendo pelo menos um deles escolhido entre os empregados do quadro de carreira.

O Conselho Fiscal é permanente e integrado por três membros efetivos e três suplentes com mandato de um ano, sendo um deles, e o respectivo suplente, eleitos pelos acionistas minoritários.

O BANPARÁ mantém Comitês consultivos, deliberativos e consultivos e deliberativos, criados pela Diretoria Colegiada, e estruturados como órgãos colegiados e multidisciplinares.

A Ética está presente, principalmente por meio do Código de Ética, com o objetivo de fomentar valores e princípios institucionais do BANPARÁ entre os administradores, parceiros, fornecedores, colaboradores e prestadores de serviços.

Tecnologia da Informação

Com foco na melhoria da qualidade dos sistemas utilizados e nas melhores práticas da Governança de TI, a área de tecnologia, no decorrer do 1º trimestre de 2013 avançou, consideravelmente, no projeto de modernização do seu parque tecnológico.

A partir do mapeamento dos principais processos da área, foi direcionado investimento em infraestrutura de TI com o objetivo de assegurar maior velocidade e melhor performance dos sistemas utilizados em sua rede de agências e postos, dentre os quais destacamos:

Comentário do Desempenho

- Renovação das licenças para utilização da ferramenta LANDESK: solução integrada de gerenciamento de estações e servidores com previsão de finalização até meados de 2014
- Licenciamento para utilização da ferramenta OPMANAGER: solução de monitoramento de infraestrutura (estações, servidores, roteadores e demais ativos de TI);

Segurança Empresarial

A evolução da segurança empresarial é um processo dinâmico e contínuo que necessita de investimentos permanentes para atingir este fim. O Banco priorizando esse objetivo adota medidas que visam melhorar seus processos internos de gestão da segurança, bem como a aquisição de novos ativos e novas soluções disponibilizadas no mercado.

Desta forma, para dar continuidade à implementação da solução DLP (Data Loss Protection), que gerencia o processo de classificação da informação, mitigando riscos de fraude em documentos e dificultando a utilização destes por pessoas não autorizadas, no primeiro trimestre de 2013 foi realizado o treinamento dos gestores responsáveis pelos macros processos essenciais à instituição, para que possam realizar e entender a importância desta solução.

Gestão de Riscos

O BANPARÁ, quanto à gestão de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com as recomendações de Basiléia e de forma alinhada às boas práticas de mercado. Para tanto, são utilizados processos contínuos e o aprimoramento sistemático das políticas de gestão dos riscos e sistemas de controles internos, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basiléia, o qual mede a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações, o BANPARÁ encerrou o 1º trimestre de 2013 com índice de 20,04%, bem acima dos 11% estabelecidos pelo BACEN, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos sem comprometer sua margem operacional.

Controles Internos e *Compliance*

Estrutura de Controles Internos – No transcorrer do primeiro trimestre de 2013, houve a finalização do ciclo de Autoavaliação das agências, com a conclusão da atividade em 13 unidades, consolidando assim um trabalho integrado pela participação efetiva de todos os gestores na identificação, graduação e mitigação dos principais riscos. Para mitigação dos riscos operacionais identificados, foram elaborados, neste primeiro trimestre, 46 planos de ação, cujas demandas originaram-se das autoavaliações das agências, de observações da área de Controles Internos, dos Sumários de Auditoria Interna e atas de reunião de Reunião de Comitês. Dos planos ativados 24 já foram finalizados, os demais serão acompanhados até a sua finalização.

Nesse mesmo período, a Sucor/Gecro realizou consultas de legislação federal, de normativos e instruções divulgadas pelo Banco Central (BC Correio), Anbima, Coaf,

Comentário do Desempenho

Cetip, CVM e Receita Federal do Brasil, encaminhando 213 normas para observância e adoção de providências necessárias ao seu cumprimento.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) - O Banpará prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral. No 1º Trimestre de 2013 foram rastreadas 103.947 movimentações com 627 clientes sinalizados para aplicação da política “Conheça seu Cliente”, para os quais foram elaborados 03 processos atinentes à movimentação atípica e sem justificativa plausível aparente, concluindo na comunicação de 07 clientes ao COAF, conforme preceitua a Lei 9.613/98, Art.11, item II, § 2º, comunicação de boa-fé.

Gestão de Pessoas

A capacitação e o desenvolvimento do corpo funcional do Banco continuam sendo prioridade para o ano de 2013 e, no 1º trimestre, objetivando o aperfeiçoamento profissional, a excelência nos serviços prestados e o acompanhamento das tendências do setor bancário, foram ofertadas 455 vagas em treinamentos, que somaram um investimento de R\$ 279 mil, com destaque para as unidades de negócios, auditoria, Jurídico, contabilidade e tecnologia.

Ainda na área de treinamento, e diante das 78 contratações realizadas no período, houve a necessidade de capacitar os novos empregados, através da Integração e Capacitação de Novos Bancários. Para os Gestores do Banco foram oferecidos treinamentos voltados para desenvolvimento da Liderança.

Por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional do BANPARÁ – PDEB, programa de capacitação de empregados em cursos de graduação e pós-graduação, o Banco disponibiliza anualmente R\$ 650 mil com o objetivo de capacitar seu corpo funcional. No 1º trimestre de 2013 estão contemplados 59 empregados em cursos de Graduação e 23 em cursos de Pós-Graduação, perfazendo um total de 82 empregados contemplados.

No encerramento do 1º trimestre de 2013 o Banco contava com 1.404 empregados, 140 estagiários e 35 jovens aprendizes.

Circular nº 3.068/01 – BACEN

O BANPARÁ declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 172.749 mil, representando 33,8% do total de títulos e valores mobiliários.

Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, os de auditoria externa.

A Diretoria Colegiada

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO 1º TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Os pronunciamentos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis do BANPARÁ. Os pronunciamentos CPC 10 e CPC 23 não produzem efeitos na elaboração das demonstrações contábeis do BANPARÁ.

As demonstrações contábeis foram concluídas e aprovadas pela Diretoria do BANPARÁ em 3 de maio de 2013.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do CMN, do BACEN e de práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao valor justo de determinados instrumentos financeiros, à provisão para causas judiciais, a outras provisões e aos planos de suplementação de aposentadoria. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Notas Explicativas

d. Ativo circulante e realizável em longo prazo

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo BANPARÁ para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto por disponibilidades.

Rubricas correspondentes	31.03.2013	31.03.2012
Disponibilidades em moeda nacional	122.018	80.686
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.026	441
Total de disponibilidades (caixa)	123.044	81.127
Aplicações interfinanceiras de liquidez	719.663	-
Títulos e valores mobiliários	7.456	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	850.163	81.127

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O BANPARÁ possui papéis classificados em:

- I. Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- II. Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos "Títulos mantidos até o vencimento" em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor de mercado. O valor de mercado geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor de mercado possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

Instrumentos financeiros e derivativos

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o BANPARÁ não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do BANPARÁ, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo

Notas Explicativas

remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos, e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontra-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, o BANPARÁ deve dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Com relação aos bens em regime especial, cujo prazo de alienação extrapole um ano, aplica-se o percentual de 100% como provisão para desvalorização.

e. Ativo permanente

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

No imobilizado, são registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

• Imóveis de uso - Edificações	4%
• Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
• Demais itens	10%

Notas Explicativas

A Administração do BANPARÁ entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26 de novembro de 2008.

f. Redução ao valor recuperável de ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores, bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa; dos dois, o maior.

g. Passivos circulante e exigível em longo prazo

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações contábeis.

h. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

i. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão

Notas Explicativas

para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões, cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

j. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do BANPARÁ, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Deliberação CVM nº 695/2012.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do BANPARÁ. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

k. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de março de 2013.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

Títulos	31.03.2013	31.12.2012
Posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	130.003	135.023
Letras do Tesouro Nacional	183.000	230.000
Nota do Tesouro Nacional	296.993	100.019
Depósitos interfinanceiros:		
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	133.137	123.903
Total	743.133	588.945

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.03.2013	31.03.2012
Posição Bancada	12.156	9.878
Depósitos Interfinanceiros	1.551	1.685
Total	13.707	11.563

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Classificação por tipo de papel:

Títulos	31.03.2013	31.12.2012
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro (renda fixa)	274.215	239.555
CVS	172.749	175.927

Notas Explicativas

Letras imobiliárias	62.125	36.700
FIP (renda variável)	224	-

Títulos	31.03.2013	31.12.2012
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	-	30.067
Vinculados à prestação de garantia		
Letras Financeiras do Tesouro	2.770	2.723
Total	512.083	484.972
Circulante	339.110	309.045
Realizável em longo prazo	172.973	175.927

As LCI do BANPARÁ encontram-se classificadas como títulos para negociação.

b. Classificação por categoria e vencimento:

Tipo	31.03.2013				31.12.2012			
	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado	Faixa de vencimento	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado	Faixa de vencimento
LCI	2.145	2.136	(9)	25.04.2013	3.068	3.068	-	22.02.2013
LCI	5.311	5.302	(9)	17.06.2013	2.109	2.109	-	25.04.2013
LCI	1.050	1.050	-	06.08.2013	5.217	5.217	-	17.06.2013
LCI	3.135	3.138	3	23.08.2013	1.031	1.031	-	06.08.2013
LCI	4.123	4.110	(13)	27.09.2013	3.080	3.080	-	23.08.2013
LCI	4.049	4.026	(23)	06.01.2014	4.062	4.062	-	27.09.2013
LCI	8.106	8.090	(16)	31.01.2014	7.079	7.079	-	22.10.2014
LCI	7.046	7.033	(13)	17.02.2014	6.028	6.028	-	28.11.2014
LCI	6.003	6.002	(1)	21.03.2014	5.026	5.026	-	28.11.2014
LCI	7.180	7.124	(56)	22.10.2014	-	-	-	-
LCI	5.098	5.561	463	28.11.2014	-	-	-	-
LCI	6.114	5.561	(553)	28.11.2014	-	-	-	-
LCI	3.018	2.991	(27)	20.02.2015	-	-	-	-
LFT	276.891	276.985	94	07.09.2015	272.389	272.345	(44)	07.09.2015
FIP	224	224	-	24.01.2025	-	-	-	-
CVS	172.749	130.573	(42.176)	01.01.2027	175.927	134.388	(41.539)	01.01.2027
Total	512.242	469.906	(42.336)		485.016	443.433	(41.583)	-

Marcação a mercado (MaM) da LFT

O valor nominal atualizado é calculado a partir do acúmulo da taxa SELIC entre a data de emissão e a data da MaM. O preço de mercado (PU) da LFT é obtido pela aplicação do deságio no valor nominal pela taxa correspondente.

31.03.2013						
Próprio – Bancada para negociação						
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento	
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	49.500	5539,688463	274.215	
Total						274.215

31.03.2013						
Próprio – Vinculados de papéis para negociação						
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento	
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	500	5539,688463	2.770	
Total						2.770

31.12.2012						
Próprio – Bancada para negociação						
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento	
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	43.980	5446,906232	239.555	
Total						239.555

31.12.2012						
Próprio – Financiado de papéis para negociação						
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento	
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	5.520	5446,906232	30.067	

Notas Explicativas

Total	30.067
	31.12.2012
Próprio – Vinculados de Papéis para Negociação	
Papel	Características
LFT 210.100	Pós – SELIC
	Vencimento
	Quantidade
	P U Mercado
	Financiamento
Total	2.723

Cotação das CVS em relação ao mercado:

Conforme pesquisa realizada ao mercado (corretoras com as quais o BANPARÁ opera), onde foi considerado o mercado comprador, as ofertas obedeceram aos seguintes percentuais de deságio em relação aos valores em nossa carteira:

Acompanhamento Saldo CVS						
Classe	31.03.2013			31.12.2012		
CVS	Saldo	%	Valor mercado	Saldo	%	Valor mercado
A	50.587	85,20	43.100	51.526	86,30	44.467
B	118.488	71,35	84.541	120.658	72,02	86.898
C	2.251	85,20	1.917	2.292	86,30	1.978
D	1.423	71,35	1.015	1.451	72,02	1.045
TOTAL	172.749		130.573	175.927		134.388

Os títulos CVS do BANPARÁ encontram-se classificados como mantidos até o vencimento.

c. Rendas com títulos e valores e mobiliários

	31.03.2013	31.03.2012
Rendas de títulos de renda fixa	6.940	8.502
Rendas de títulos de renda Variável	4	-
Rendas de participações societárias	186	110
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado de TVMs	(147)	523
TOTAL	6.983	9.135

6. Relações interfinanceiras

Composição:

	31.03.2013	31.12.2012
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	3.576	27
Relações com correspondentes	292	90
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	81.884	109.178
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (a)	102.774	96.303
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	42.417	41.329
Outros depósitos compulsórios – Crédito rural Resolução BACEN nº 3.109/2003	6.752	6.485
Outros	2.059	3.337
Total	239.754	256.749
Circulante	197.337	215.420
Realizável em longo prazo	42.417	41.329

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, já homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O BANPARÁ possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 42.417, referentes a 265 contratos, todos habilitados e homologados pela CEF, mas que dependem do processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para sua realização.

Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

O BANPARÁ possui em sua carteira 149 contratos no valor total de R\$ 26.458, cuja cobertura pelo FCVS foi negada pela CEF por alegação de indicio de multiplicidade e outras situações. A Administração decidiu por não reconhecer contabilmente os referidos créditos, por ainda não terem sido homologados pela CEF.

Existe também 1 contrato habilitado em processo de homologação pela CEF.

7. Operações de crédito e outros créditos

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito:

a. Por tipo de operação

	31.03.2013	31.12.2012
Operações de crédito		
Adiantamentos a depositantes	965	1.174
Empréstimos	2.283.416	2.147.278
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.352	7.343
Financiamentos imobiliários	1.186	2.403
Total	2.292.919	2.158.198
Circulante	976.376	907.499
Não circulante	1.316.543	1.250.699
Títulos e créditos a receber (*)	21.985	27
Subtotal de outras rubricas com característica de crédito	21.985	27
Total da carteira de crédito	2.314.904	2.158.225

(*) Incluso valor na conta "Título e Crédito a Receber" (Nota Explicativa nº 8).

b. Por faixas de vencimento e nível de risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2013	31.12.2012
Parcelas Vincendas (A Vencer)	-	2.043.565	24.834	72.821	116.440	3.415	9.943	2.410	15.710	2.289.138	2.140.017
Até 30 dias	-	52.164	3.277	8.706	12.415	430	275	221	1.311	78.799	105.259
31 a 60 dias	-	90.613	2.109	5.508	7.501	338	248	231	1.109	107.657	101.526
61 a 90 dias	-	83.708	1.868	4.892	6.897	302	215	186	924	98.992	93.192
91 a 180 dias	-	211.506	3.675	9.728	13.212	588	2.406	458	1.996	243.569	194.136
181 a 360 dias	-	372.108	6.306	20.929	35.058	626	610	445	2.991	439.073	384.828
Acima de 360 dias	-	1.231.178	7.438	22.317	41.038	1.034	5.986	797	6.754	1.316.542	1.250.699
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	2.288	161	741	319	97	203	72	625	4.506	10.377
Parcelas Vencidas	-	149	1.654	2.766	2.385	1.802	1.465	1.877	13.668	25.766	18.208
15 a 30 dias	-	14	1.652	860	652	197	130	364	809	4.678	2.221
31 a 60 dias	-	4	2	1.901	849	287	220	198	1.348	4.809	3.359
61 a 90 dias	-	131	-	1	879	295	254	202	1.442	3.204	2.655
91 a 180 dias	-	-	-	2	2	1.023	861	1.113	4.413	7.414	5.257
181 a 360 dias	-	-	-	2	3	-	-	-	5.043	5.048	4.233
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	613	613	483
Total em 31.03.2013	-	2.043.714	26.488	75.587	118.825	5.217	11.408	4.287	29.378	2.314.904	
Total em 31.12.2012	-	1.956.385	11.450	52.917	93.611	4.216	11.341	2.915	25.390		2.158.225

Notas Explicativas

c. Por setores de atividade

Setor Privado	31.03.2013	%	31.12.2012	%
Pessoas físicas	2.267.185	97,94	2.106.083	97,58
Pessoas jurídicas	39.181	1,69	42.396	1,96
Rural	7.352	0,32	7.343	0,35
Habitação	1.186	0,05	2.403	0,11
Total	2.314.904	100,00	2.158.225	100,00

d. Concentração dos principais devedores

	31.03.2013	%	31.12.2012	%
Principal devedor	4.936	0,21	7.813	0,36
10 maiores devedores	14.221	0,61	18.348	0,85
20 maiores devedores	12.309	0,53	11.710	0,54
50 maiores devedores	16.858	0,73	15.812	0,73
100 maiores devedores	23.535	1,02	22.197	1,03
Demais devedores	2.243.045	96,90	2.082.345	96,49
Total	2.314.904	100,00	2.158.225	100,00

7.2. Provisões para perdas em operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos de liquidação duvidosa a taxas que variam entre 0,5% e 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Itens	31.03.2013	31.12.2012
Saldo no início do trimestre	(55.210)	(39.020)
Provisões constituídas	(28.873)	(75.473)
Reversões de provisões	13.597	25.058
Valores baixados ou compensados com créditos	6.896	34.225
Provisão para perdas nas operações de crédito	(63.590)	(55.210)
Circulante	(27.425)	(23.215)
Realizável em longo prazo	(36.165)	(31.995)

7.3 Rendas de operações de crédito

	31.03.2013	31.03.2012
Adiantamento a depositante	367	145
Empréstimo	170.007	123.887
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.397	1.551
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	658	237
Financiamentos rurais	105	100
Total	172.534	125.920

8. Outros créditos sem características de concessão de crédito

	31.03.2013	31.12.2012
Circulante		
Rendas a receber	1.734	5.005
Dividendos e bonificações	6	6
Serviços prestados a receber	1.655	4.068
Outras rendas a receber	73	931
Diversos	108.751	77.795
Adiantamento e antecipações salariais	3.929	1.798
Adiantamento para pagamento	6.345	6.865
Crédito tributário - IR/CSLL (a)	7.908	7.563
Devedores por depósitos em garantia (b)	31.009	30.923
Imposto e contribuições a compensar	5.703	1.543
INSS (c)	4.180	-
Outros	1.523	-

Notas Explicativas

Pagamentos a ressarcir	1.437	1.268
Título e crédito a receber (d)	21.985	27
Devedores diversos – País (e)	30.435	27.808
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.426)	(1.620)
Com características de concessão de créditos – BANPARÁ Mastercard	(691)	(1)
Sem características de concessão de créditos	(1.735)	(1.619)
Total do circulante	108.680	81.180
Realizável em longo prazo		
Diversos	43.789	46.303
Crédito tributário - IR/CSLL (a)	43.444	46.303
Imposto e contribuições a compensar (c)	966	-
Total realizável em longo prazo	43.789	46.303
Total	152.469	127.483

- (a)** Os créditos tributários de IR e CSLL foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota Explicativa nº 21(b). A variação reflete a utilização do crédito tributário de períodos anteriores e ativação de crédito tributário em 2012.
- (b)** Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. Os valores estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12(c). O aumento corresponde à atualização dos depósitos judiciais.
- (c)** O valor do INSS registrado no Circulante - 4.180 mil e Realizável Longo Prazo - 966 mil, refere-se a Créditos Previdenciários constituídos sob desoneração (imunidade, isenção ou não incidência) da Folha de pagamento oriundos de contribuições previdenciárias.

Créditos Previdenciários a Compensar, previstos de realização.

Projeção de Realização	2013	2014
Crédito Previdenciário	3.074	2.052
Total	3.074	2.052

- (d)** O saldo de Título e Crédito a Receber – Com Característica de Concessão de Crédito – Banpará Mastercard no valor de 21.985 mil (março/2013) e 27 mil (dez/2012), estão assim distribuídos:

	Março/2013	Dezembro/2012
Valores a Faturar	1.666	11
Faturados a Receber	6.560	-
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	13.759	16
Total	21.985	27

- (e)** O montante de Devedores Diversos – País compreende o subtítulo Transitória de Consignado, com saldo de R\$ 27.648 (Março/2013), e R\$ 23.929 (Dez/2012), e registra os valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes. A variação acompanha o aumento da carteira de crédito.

9. Imobilizado de uso

	Taxa anual	Saldo anterior 31.12.2012	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação Acum. 2013	Valor Patrimonial 31.03.2013	Valor Patrimonial 31.12.2012
Móveis e equipamentos em estoque	-	1807	-	-	(531)	-	1276	1807
Imobilizações em cursos	-	10.231	3.132	-	-	-	13.363	10.231
Imóveis em uso	4	45.093	-	-	-	(33.474)	11.619	11.996
Móveis e equipamentos de uso	10	8.279	300	(24)	-	(3.812)	4.743	4.634
Sistema de comunicação	20	1277	5	-	-	(323)	960	984
Sistema de processamento de dados	20	42.696	354	(120)	531	(27.279)	16.382	16.822
Sistema de segurança	10	5.076	80	(21)	-	(1.392)	3.742	3.794
Sistema de transporte	20	283	-	-	-	(112)	171	183
TOTAL		114.742	3.871	(165)	-	(66.392)	52.056	50.451

Notas Explicativas

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

10. Captações

a. Depósitos:

	31.03.2013	31.12.2012
Circulante		
Depósitos à vista	757.604	838.260
Depósitos do público	457.031	528.776
Depósitos de instituições financeiras	618	576
Depósitos vinculados	4.910	3.103
Depósitos de Governo	295.045	305.805
Depósitos a prazo	1.780.659	1.413.071
Depósitos de poupança	520.765	502.107
Depósitos interfinanceiros	128.477	120.019
Total do circulante	3.187.505	2.873.457
Realizável em longo prazo		
Depósitos a prazo	60.678	97.665
Total realizável em longo prazo	60.678	97.665
TOTAL	3.248.183	2.971.122

Os depósitos de poupança são atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a TR for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da Taxa SELIC quando a TR for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

b. Composição dos depósitos por vencimentos:

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.03.2013	31.12.2012
Sem vencimento	757.604	1.974	-	520.765	1.280.343	1.344.023
Até 30 dias	-	82.745	-	-	82.745	159.805
De 31 a 60 dias	-	41.138	-	-	41.138	45.245
De 61 a 90 dias	-	59.237	110.696	-	169.933	34.870
De 91 a 180 dias	-	133.306	17.781	-	151.087	278.355
De 181 a 360 dias	-	1.462.259	-	-	1.462.259	1.011.159
Acima de 360 dias	-	60.678	-	-	60.678	97.665
TOTAL	757.604	1.841.337	128.477	520.765	3.248.183	2.971.122

c. Composição por segmento de mercado:

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.03.2013	31.12.2012
Sociedades ligadas	282.970	1.477.726	-	-	1.760.696	1.552.781
Pessoas físicas	340.486	83.949	-	505.809	930.244	954.107
Invest. institucionais	618	41.654	128.477	-	170.749	161.269
Pessoas jurídicas	115.728	238.008	-	14.956	368.692	292.290
Governo municipal	16.637	-	-	-	16.637	9.698
Outros	1.165	-	-	-	1.165	977
TOTAL	757.604	1.841.337	128.477	520.765	3.248.183	2.971.122

d. Despesas de captação:

	31.03.2013	31.03.2012
Depósitos de poupança	6.376	6.299
Depósitos interfinanceiros	1.981	1.805
Depósitos a prazo	29.880	29.526
Depósitos judiciais	252	343
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	94	389
Letras financeiras	2.866	-
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	1.264	888
TOTAL	42.713	39.250

Notas Explicativas

11. Emissão de títulos

	31.03.2013	31.12.2012
Realizável em longo prazo		
Recursos de letras imobiliárias	169.171	166.306
Total realizável em longo prazo	169.171	166.306
Total	169.171	166.306

As captações efetuadas mediante a emissão de títulos de Letras Financeiras, observadas as condições determinadas pela Resolução BACEN nº 3.836/2010, são as seguintes:

Cliente	Papel	Vencimento	Taxa Custo % Índice (CDI)	PU Abertura Valor Aplicado	Quantidade	Total
BANRISUL	LF-POS-CDICE	19/11/2014	105,0000	1.025.291,08	5	5.126
CEF	LF-POS-CDICE	05/12/2014	106,0000	511.001,84	80	40.880
ITAU BBA	LF-POS-CDICE	14/11/2014	107,0000	513.186,46	240	123.165
Total	-	-	-	-	325	169.171

12. Outras obrigações

	31.03.2013	31.12.2012
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	14.169	940
Sociais e estatutárias (a)	30.235	10.934
Fiscais e previdenciárias	18.553	18.444
Negociação e intermediação de valores	7.663	7.542
Cheque administrativo	1.219	1.233
Contrato de assunção de obrigações	4.332	6.306
Obrigações para contribuições ao SFH	9	9
Obrigações por convênios	7.027	5.026
Obrigações por prestação de serviços	9.939	9.297
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	36.314	36.278
Credores diversos – País (c)	25.917	5.556
Passivo contingente – Trabalhista (d)	2.942	4.069
Passivo contingente – Cível (d)	11.240	9.953
Passivo contingente – Tributário (d)	3.009	-
Passivo contingente – Cessão de crédito rural com coobrigação (d)	908	893
Total do circulante	173.476	116.480
Realizável em longo prazo		
Provisão para pagamentos a efetuar (d)	22.905	24.152
Total realizável em longo prazo	22.905	24.152
TOTAL	196.381	140.632

(a) Sociais e estatutárias

A variação do saldo da conta apresenta valores a ser distribuído aos acionistas conforme explicitado no item 13.2.

(b) Provisão para pagamentos a efetuar

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica "Provisões para pagamentos a efetuar" são:

	31.03.2013	31.12.2012
Circulante		
Provisão com pessoal	17.126	15.102
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	3.181	5.348
Obrigações atuariais	6.247	6.166
Provisão para outras despesas administrativas	6.995	6.979
Outros	2.765	2.684
Realizável em longo prazo		
Obrigações atuariais	22.905	24.152
TOTAL	59.219	60.430

Notas Explicativas

Circulante	36.314	36.278
Realizável em longo prazo	22.905	24.152

(c) Credores Diversos – País

O incremento desse saldo foi em decorrência do lançamento do cartão de crédito Banpará Mastercard ocorrido em dezembro de 2012.

(d) Passivos contingentes

O BANPARÁ é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	31.03.2013	31.12.2012
Provável	2.942	11.240	3.009	17.191	16.933
TOTAL	2.942	11.240	3.009	17.191	16.933

A Administração do BANPARÁ entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O BANPARÁ, ainda, é parte em processos judiciais de natureza possível, conforme a avaliação de seus assessores jurídicos, no montante de R\$ 6.425 em março de 2013 (R\$ 6.275 em dezembro de 2012), divididos conforme segue:

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	31.03.2013	31.12.2012
Possível	395	6.030	-	6.425	6.275
Total	395	6.030	-	6.425	6.275

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)
Cíveis	899	12.230
Trabalhistas	148	1.913
Tributárias	26	16.866
Total	1.073	31.009

(i) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

(ii) Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(iii) Cessão de crédito rural com coobrigação:

Trata-se de provisão constituída para cobrir possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo BANPARÁ à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de alongamento de dívidas originárias do crédito rural.

(iv) Obrigações legais – Fiscais e previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de março de 2013, são:

- **CPMF:** R\$ 2.526 mil. Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no

Notas Explicativas

sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R\$ 55 mil. Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco em dação em pagamento. O BANPARÁ impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU:** R\$ 428 mil. Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém/PA, visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do Banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário, tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo Banco.

a. Movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
No início do trimestre	4.069	9.953	2.911
Atualização monetária	243	541	98
Constituições/(reversões)	69	1.123	-
Reversões	(475)	(40)	-
Pagamentos	(964)	(337)	-
No final do trimestre	2.942	11.240	3.009

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do BANPARÁ.

Acionista	31.03.2013 Total	%	Total	31.12.2012 Total	%	Total
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	9.519.433	99,9767	9.519.433
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do BANPARÁ	755	0,0080	759	759	0,0080	759
Administradores	12	0,0001	11	11	0,0001	11
Demais Acionistas	1.449	0,0152	1.446	1.446	0,0152	1.446
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	9.521.649	100,00	9.521.649

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.445	2.204	9.521.649	0,0231

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas no item 1 acima.

13.2 Dividendos

O Conselho de Administração – CONSAD em reunião do dia 20.02.2013, aprovou e submeteu a aprovação da AGO, a distribuição de dividendos na ordem 40% do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2012.

14. Gestão de risco

No que diz respeito à gestão de riscos, o BANPARÁ desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basiléia e de forma alinhada às boas práticas de mercado. Para tanto, são utilizados como processos contínuos o aprimoramento sistemático das políticas de gestão dos riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do BANPARÁ. Com vistas a tornar as análises dos riscos corporativos mais acuradas, foram adotadas as seguintes ações para o período:

Notas Explicativas

Risco de mercado:

O risco de mercado origina-se da variação do valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades. Para mensurar o risco de mercado, o BANPARÁ calcula diariamente o valor em risco (VaR) para o horizonte de 1 dia útil, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo de cálculo é realizada trimestralmente por análise de *backtesting*, a qual valida a metodologia de cálculo que utiliza decaimento exponencial EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), tanto para cálculo do VaR quanto para cálculo de volatilidades, sendo esse decaimento também submetido à análise.

No decorrer do 1º trimestre de 2013, o VaR manteve-se abaixo do limite máximo de 5% do Patrimônio de Referência (PR) estabelecido na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado, tendo registrado o valor máximo de 1,4%, em relação ao PR.

- Análise de sensibilidade**

O BANPARÁ acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira global, com estimativas do percentual da variação do valor de mercado das operações em relação ao PR, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira do Banco. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados na carteira de negociação (*trading*) e os ativos não classificados na carteira de negociação (*banking*), para base do 1º trimestre de 2013:

Para subsidiar a análise, foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 – Situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas pré e TR impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de um ano.

CENÁRIO 2 – Situação de deterioração de 25% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas pré e TR para data-base.

CENÁRIO 3 - Situação de deterioração de 50% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas pré e TR para data-base.

		Mar/13			Dez/12		
Patrimônio de Referência		435.008			419.833		
Carteira	Fator de risco	Cenários (Mil)			Cenários (Mil)		
		1	2	3	1	2	3
Trading	Pré	64	203	336	8	94	176
		90	288	486	17	196	374
Banking	Pré	45.512	140.755	229.784	8.788	98.109	181.448
		90	288	486	17	196	374
	TR	4.942	23.034	38.333	1.135	19.696	35.331
		46	233	420	11	188	365

Referente ao risco cambial, o BANPARÁ realiza operações de troca de moedas, dólar e euro, porém em volume não significativo.

Risco de crédito:

O risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A classificação de risco realizada pelo BANPARÁ sobre suas operações de crédito contemplam os aspectos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis: AA, A, B, C, D, E, F, G e H, acompanhados de provisão em montantes suficientes para cobrir as perdas esperadas na realização das operações.

Além dos critérios constantes na Resolução CMN nº 2.682, para uma melhor gestão do risco de crédito global, o BANPARÁ adota também um modelo proprietário, o qual viabiliza a identificação das classes de riscos e categorias de clientes considerando fatores internos e externos, permitindo maior acurácia no processo de mensuração, avaliação e mitigação desses riscos. O risco de *default* é minimizado devido às operações de crédito consignado com o funcionalismo público estadual, cuja folha de pagamento é paga através do BANPARÁ. A classificação de risco da carteira de crédito está concentrada no nível A, considerado baixo nível de risco.

Notas Explicativas

A parcela de capital regulamentar referente cobertura das exposições ao Risco de Crédito (PEPR), apurada mensalmente, apresentou acréscimo de aproximadamente 6,93% em relação a dezembro de 2012, reflexo das variações ocasionadas pelo crescimento da carteira de crédito, em função da alavancagem dos negócios.

	31.03.2013	31.12.2012
Total da carteira de crédito	2.229.329	2.102.987
Parcela PEPR	218.591	204.420

Risco de liquidez:

O BANPARÁ define risco de liquidez como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco. Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Banco estabelece, em sua Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, o limite mínimo de liquidez (LML) e o pré-acionador do plano de contingência (PAPCo), o qual indica o momento do acionamento do plano de contingência em situações de crises de liquidez.

O Banco mantém o acompanhamento contínuo das suas operações e utiliza o ALM (*Asset Liability Management*) para mensurar a margem mínima de liquidez. Para a análise, são considerados os cenários macroeconômicos e eventos que possam impactar na condição de pagamento do Banco. A margem de liquidez em cenário de normalidade e de *stress* é projetada para, no mínimo, 90 dias úteis. Os níveis de liquidez mantêm-se adequados aos compromissos assumidos.

Risco operacional:

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, que torne impróprio o exercício das atividades do Banco, resultando em perdas inesperadas. No BANPARÁ, a estrutura de gerenciamento de risco operacional está definida em sua Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional.

O gerenciamento do risco operacional inclui: a) identificação dos riscos, através do mapeamento de seus processos, execução da autoavaliação em suas unidades e manutenção de uma base de perdas operacionais; b) avaliação dos riscos, em que os riscos identificados são mensurados sob a ótica da severidade; e c) resposta ao risco, com a elaboração e ativação de planos de ação para mitigação dos riscos que apresentam maior impacto para o BANPARÁ, inclusive com definição de responsáveis e prazos, acompanhando-os até sua finalização.

Para apuração do capital requerido para cobertura de perdas decorrentes do risco operacional, o BANPARÁ utiliza o modelo de Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS), considerando nos cálculos o Indicador de Exposição ao risco operacional (IE) e o Indicador Alternativo de Exposição ao risco operacional (IAE), conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.383, de 30 de abril de 2008.

Basileia II

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, o qual mede a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações, o BANPARÁ encerrou o 1º trimestre de 2013 com índice de 20,04%, bem acima dos 11% estabelecidos pelo BACEN, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos sem comprometer sua margem operacional.

O BANPARÁ mantém sua política, inclusive com informações adicionais sobre processos de controle de riscos no sítio www.banparanet.com.br, através do caminho: O BANPARÁ > Relação com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos.

15. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

15.1 Plano de suplementação de aposentadoria

O BANPARÁ patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ (CAFBEF), entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

Notas Explicativas

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

a. Plano Básico de Benefício Definido (BD)

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio-reclusão. A partir da implantação do plano de benefícios denominado Prev-Renda, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo regulamento do Plano Básico, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

1. Suplementação de aposentadoria por invalidez;
2. Suplementação de aposentadoria por idade;
3. Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
4. Suplementação da pensão por morte;
5. Suplementação do auxílio-reclusão;
6. Suplementação do abono anual.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

Participantes assistidos	2012
Quantidade	19
Idade média (anos)	67
Benefício médio (R\$)	3.092
Pensionistas	
Quantidade	2
Idade média (anos)	68
Benefício médio	1.429

As principais premissas atuariais, atualizadas semestralmente, na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 Geracional;
- Tábua de entrada em invalidez: não usada, por inexistirem ativos;
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57;
- Tábua de serviço: não empregada por inexistirem ativos.

ii) Premissas econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 3,66% ao ano;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 9,84% no ano, composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) + 3,66% ao ano;
- Taxa nominal do custo dos juros: 9,84% no ano, composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) + 3,66% ao ano;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: não aplicável;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 100,00%;
- Fator de capacidade para benefícios: 100,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano;
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 1,89% (INPC de setembro a novembro/12).

b. Plano Prev-Renda de Contribuição Definida (CD)

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do BANPARÁ e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Prev-Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- 1) Renda temporária;
- 2) Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo ou autopatrocinado;
- 3) Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- 4) Pecúlio por morte ou por invalidez.

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 Geracional;

Notas Explicativas

- Tábua de entrada em invalidez: TASA-1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB 57;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 3,66%;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 9,84% no ano, composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) + 3,66% ao ano;
- Taxa nominal do custo dos juros: 9,84% no ano, composta pelo INPC de dezembro de 2011 a novembro de 2012 (5,96%) + 32,66% ao ano;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 2% ao ano;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 100,00%;
- Fator de capacidade para benefícios: 100,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano;
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 1,89% (INPC de setembro a novembro/12).

Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo BANPARÁ encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

a. Plano de Benefício Definido (BD)

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 8.542 mil e ativo líquido de R\$ 6.651 mil, tendo como resultado déficit atuarial de R\$ 1.891 mil, o qual foi reconhecido integralmente como provisão de benefícios pós-emprego pelo BANPARÁ em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/12.

Os valores devidos pelo BANPARÁ, por conta desse passivo, vêm sendo pagos por meio de contribuições mensais correspondentes a R\$ 15 mil (cota patronal). No 1º trimestre de 2013, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$ 45 mil (R\$ 219 mil no 1º trimestre de 2012).

b. Plano de Contribuição Definida (CD)

Os benefícios são estruturados em cotas, sendo reajustados pela variação da cota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano Prev-Renda está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições, que complementará o saldo da conta do participante, objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado conforme a norma descrita no parágrafo anterior foi avaliado em R\$ 368 mil, estando coberto integralmente pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), dado que o saldo, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 1.834 mil, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento de passivo desta natureza pelo BANPARÁ na data da avaliação.

As provisões matemáticas dos benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida, cujos valores correspondem a R\$ 18.007 mil para Benefícios Concedidos e a R\$ 42.876 mil para Benefícios a Conceder, somam R\$ 60.884 mil, estando integralmente lastreadas pelo patrimônio do plano, de R\$ 61.177 mil, em 31 de dezembro de 2012.

Estímulo à migração

O BANPARÁ obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,5379% sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago, até 31 de março de 2013, 124 parcelas, restando, ainda, 56 parcelas de R\$ 672 mil a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 12,47% ao ano (6% + INPC acumulado no ano de 2012), estando totalmente provisionado, cujo passivo reconhecido, em 31 de março de 2013, é de R\$ 29.152 mil (R\$ 27.227 mil em 31 de março de 2012). No 1º trimestre de 2013, o BANPARÁ efetuou contribuições a favor da CAFBEP, no montante de R\$ 2.017 mil.

16. Administração de fundos e programas

O BANPARÁ é o agente financeiro do Governo do Estado do Pará, operando e administrando fundos e programas que não possuem personalidade jurídica própria. Os fundos são constituídos com recursos do Governo do Estado do Pará em parceria com empresas privadas.

16.1 Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (FDE)

O fundo foi criado pela Lei Estadual nº 5.674, de 21 de outubro de 1991, e tem como objetivo financiar programas e projetos considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir

Notas Explicativas

desigualdades regionais e sociais, bem como garantir a competitividade dos empreendimentos econômicos instalados no Estado. O fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará.

A referida Lei, nos seus incisos II, III e IV do artigo 2º, permite a realização de empréstimos e financiamentos de natureza reversível ao setor privado, com operacionalização do banco, nos seguintes segmentos:

I – Financiamento ao setor privado destinado a apoiar os agentes econômicos cujos projetos estejam integrados a programas de desenvolvimento econômico e social do Estado, através de empréstimo de natureza reversível;

II – Financiamento a empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas;

III – Financiamento ao setor privado, vinculado à política de incentivos ao desenvolvimento socioeconômico, em conformidade com a Lei Estadual nº 6.489, de 27 de setembro de 2002.

Esse fundo é constituído com recursos do Governo do Estado do Pará, cujo valor aplicado referente ao 1º trimestre de 2013 foi de R\$ 2.672 mil (R\$ 118.761 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

16.2 Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará – BANCO DO PRODUTOR

O fundo foi criado pela Lei Estadual nº 6.345, de 28 de dezembro de 2000, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 5.062, de 13 de dezembro de 2001, com o objetivo de financiar empreendimentos econômicos que possuam um caráter inovador e que sejam de interesse estratégico para o desenvolvimento, diversificação e transformação da base produtiva do Estado do Pará, promovendo a geração de postos de trabalho e de renda.

É formado por recursos do Governo do Estado do Pará e da Vale, cujo valor aplicado referente ao 1º trimestre de 2013 é de R\$ 6.337 mil (R\$ 19.514 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

16.2.1 Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará – PARÁ RURAL

O Fundo de Apoio aos Projetos de Geração de Renda foi criado através da Lei Estadual nº 6.797, de 16 de novembro de 2005, e tem como objetivo de incrementar a renda e melhorar as condições de vida de comunidades rurais pobres e o fortalecimento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, consolidando o uso sustentável dos recursos naturais.

O fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e do Banco Mundial.

O Programa PARÁ RURAL é formado por quatro componentes. O BANPARÁ é encarregado da administração do Componente A, que se refere aos Projetos de Investimento Produtivo (PIP), os quais objetivam apoiar atividades produtivas que estejam baseadas no aproveitamento das potencialidades locais, voltados para a população rural pobre. O valor aplicado referente ao 1º trimestre de 2013 é R\$ 1.847 mil (R\$ 9.523 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

16.3 Fundos Municipais de Desenvolvimento – FMD

Os fundos municipais de desenvolvimento são iniciativas dos governos municipais criados através de Leis Municipais e regulamentados através de Decretos, que permitem que a prefeitura conceda empréstimos de caráter reversível a micro e pequenos empreendedores, pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades produtivas naquele município há pelo menos dois anos e que permitam potencializar e incentivar a geração de postos de trabalho e de renda para o Município.

Não houve valor liberado/aplicado referente ao 1º trimestre de 2013 (R\$ 2.622 mil acumulado até 31 de dezembro de 2012).

17. Transações com Partes Relacionadas

As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros no BANPARÁ.

As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFBEP para o incentivo dado pelo Banco para a migração de planos de aposentadoria dos funcionários.

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.03.2013	31.12.2012
Estado do Pará		
Depósitos à vista	282.970	299.107
Depósitos a prazo	1.477.726	1.253.674
Caixa de previdência e assistência dos funcionários do BANPARÁ - CAFBEP		
Depósitos à vista	17	340
Obrigações sociais e por convênio (Nota Explicativa nº 14.1(c))	31.043	32.210
	31.03.2013	31.03.2012
Remuneração com os administradores		
Diretoria	315	315
Conselho de Administração	56	56

Notas Explicativas

18. Seguros

O BANPARÁ mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 31 de março de 2013, é de R\$ 125.553 (R\$ 125.553 em 31 de dezembro de 2012), é determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

19. Instrumentos financeiros

O BANPARÁ participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos, divulgados na notas anteriores.

A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. O BANPARÁ não operou com derivativos nos trimestres findos em 31 de março de 2013 ou 31 de dezembro de 2012.

20. Acordo de compensação e liquidação de obrigações

O BANPARÁ mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob e Banco Cooperativo de Crédito – SICREDI, Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 31 de março de 2013, a posição da obrigação do BANPARÁ que envolve referido acordo é a seguinte:

31.03.2013

Modalidade da operação	Data do contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros capitalizados	Valor total
Bancoob					
CDI-PÓS	24.09.2012	24.06.2013	80.400	2.221	82.621
CDI-PÓS	21.12.2012	20.09.2013	5.900	86	5.986
CDI-PÓS	18.03.2013	23.09.2013	11.750	16	11.766
Total	-	-	98.050	2.323	100.373
Sicredi					
CDI-PÓS	18.06.2012	21.06.2013	26.000	1.046	27.046
CDI-POS	18.03.2013	23.12.2013	1.150	1	1.151
Total	-	-	27.150	1.047	28.197
Safra					
CDI-PÓS	21.12.2012	20.09.2013	4.550	18	4.568
Total	-	-	4.550	18	4.568

31.12.2012

Modalidade da operação	Data do contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros capitalizados	Valor Total
Bancoob					
CDI-PÓS	18.06.2012	18.03.2013	4.000	161	4.161
CDI-PÓS	24.09.2012	24.06.2013	80.400	1.486	81.886
CDI-PÓS	21.12.2012	20.09.2013	5.900	8	5.908
Total			90.300	1.655	91.955
Sicredi					
CDI-PÓS	18.06.2012	18.03.2013	1.000	39	1.039
CDI-PÓS	18.06.2012	21.06.2013	26.000	1.025	27.025
Total	-	-	27.000	1.064	28.064

Notas Explicativas

21. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

a. Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social corrente

DESCRIÇÃO	31.03.2013		31.12.2012	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	56.379	69.568	179.822	219.006
Juros sobre capital próprio	-	-	(21.455)	(21.455)
Base de cálculo	56.379	69.568	158.367	197.551
Adições (exclusões)	25.263	12.074	70.489	31.305
Lucro tributável antes das compensações	81.642	81.642	228.856	228.856
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	(13.870)
Base de cálculo após compensações	81.642	81.642	228.856	214.986
Alíquota normal (15%)	12.246	12.246	34.328	32.248
Adicional do imposto de renda (10%)	8.158	-	22.862	-
Valores devidos	20.405	12.246	57.190	32.248
Programa de alimentação ao trabalhador	(27)	-	(140)	-
Incentivos fiscais	(75)	-	-	-
Prorrogação da licença maternidade	(23)	-	(89)	-
IR e CSLL a pagar	20.279	12.246	56.961	32.248

b. Créditos tributários ativados

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 51.352 mil, relativo às diferenças temporárias de provisão para créditos em liquidação ativadas em novembro de 2011 e dezembro de 2012, sendo R\$ 33.835 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e R\$ 17.517 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 15% de CSLL sobre a base de operações de créditos em liquidação controlada na Parte B do LALUR.

O procedimento de baixas dos créditos registrado no ativo fiscal diferido das provisões para créditos em liquidação será realizado com base nas perdas transferidas para CBP, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do imposto de renda e da contribuição social.

Créditos tributários	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.03.2013
Prejuízo fiscal IRPJ	-	-	-	-
Diferença temporária - IRPJ	35.406	-	(1.571)	33.835
Base negativa - CSLL	-	-	-	-
Diferença temporária - CSLL	18.460	-	(943)	17.517
Total	53.866	-	(2.514)	51.352

O controle dos saldos que compõem a base de provisões para créditos em liquidação encerrou o 1º trimestre de 2013 com a composição demonstrada a seguir:

Base das diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.03.2013	Crédito tributário
Provisão para créditos em liquidação	156.123	14.317	-	170.440	71.162
Total das adições temporárias	156.123	14.317	-	170.440	71.162

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização:

Projeção de realização	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Diferença temporária	7.563	8.942	10.574	12.503	14.783	1.435
Total	7.563	8.942	10.574	12.503	14.783	1.435

c. Créditos tributários não ativados

O Banco possui registrados créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 30.450, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo em 31.12.2012	Realização	Constituição	Saldo em 31.03.2013	Crédito tributário
Provisão para créditos em liquidação	9.663	-	14.317	23.980	9.592
Provisão para outros créditos	26.597	-	1.763	28.360	11.359
Provisão para passivos trabalhistas	4.069	(1.127)	-	2.942	1.177
Provisão para ações cíveis	9.953	-	1.287	11.240	4.496
Prejuízos em operações swap	516	-	-	516	129

Notas Explicativas

Provisão para riscos fiscais	2.911	-	98	3.009	1.204
Provisão para outros valores e bens	5.947	-	71	6.018	2.493
Total das adições temporárias	59.656	(1.127)	17.536	76.065	30.450

22. Outras receitas e despesas

22.1 Outras receitas/despesas operacionais:

Outras receitas operacionais	31.03.2013	31.03.2012
Recuperação de encargos e despesas	14	20
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.178	829
Atualização monetária de valores ativos	-	33
Outros	63	766
Total	1.255	1.648

Outras despesas operacionais	31.03.2013	31.03.2012
Despesas carteira imobiliária	1.260	-
Despesas descontos concedidos	6	21
Despesas de atualização de impostos e contribuição	98	72
Despesas de atualização monetária de valores passivos	68	107
Despesas de atualização de ações judiciais	1.962	372
Despesas de ações judiciais	-	251
Despesas de FCVS - Ajuste/Refin	66	135
Despesas de ajustes IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	3.100
Outras	1	2
Total	3.461	4.060

22.2 Outras receitas/despesas não operacionais

Outras receitas/ despesas não operacionais	31.03.2013	31.03.2012
Reversão de provisões não operacionais	18	12
Insubsistências passivas	2	97
Lucros em transações com valores mobiliários	31	11
Rendas de aluguel	23	51
Outras receitas não operacionais (a)	5.467	108
Insubsistências ativas	(41)	(81)
Superveniências passivas	(44)	(70)
Roubos por assalto	-	(208)
Desvalorização de outros valores e bens	(89)	-
Outras despesas não operacionais	(83)	(9)
Total	5.284	(90)

(a) Outras receitas não operacionais

O valor de R\$ 5.467 refere-se a receita tributável gerada na constituição do Crédito Previdenciário descrito no Item 8 (e),

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e aos acionistas do
Banco do Estado do Pará S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 3 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE